



XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **29/07/2018**

Aprovado em: **29/07/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.04.30>

INCLUSÃO DE ALUNOS EM SITUAÇÃO DE DEFICIÊNCIA NA ESCOLA ESTADUAL PROF^a
NORMÉLIA ARAUJO MELO

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

MARCOS BATINGA FERRO, EDELFRANCLA GOMES DOS REIS, ADRYANA SIQUEIRA BARRETO

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo identificar as dificuldades da inclusão dos alunos na Escola Estadual Professora Normélia de Araújo Melo no ensino regular. A inclusão é de suma importância e regulamentada através de leis e decretos, buscando acabar com todo e qualquer tipo de exclusão, garantindo o acesso e permanência desses indivíduos no meio educacional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e de nível aplicada, com o método hipotético dedutivo. Para a realização do estudo, foi necessário investigar a parte bibliográfica, tais como livros, revistas e em campo, que neste caso a escola em questão. Observou-se na referida escola, a relação família/professor, a falta de capacitação do corpo docente e da estrutura física, recursos e equipamentos de apoio.

Palavras-chave: Família. Inclusão. Normélia Araújo Melo. Professores. Socialização.

ABSTRACT

The present article aims to identify the difficulties of the inclusion of students in the State School Professor Normélia de Araújo Melo in regular education. Inclusion is of paramount importance and regulated through laws and decrees, seeking to end any and all exclusion, guaranteeing the access and permanence of these individuals in the educational environment. It is a qualitative research, of an exploratory and applied level, with the hypothetical deductive method. For the accomplishment of the study, it was necessary to investigate the bibliographical part, such as books, magazines and in the field, that in this case the school in question. It was observed in the mentioned school, the relation family / professor, the lack of qualification of the faculty and of the physical structure, resources and equipment of support.

Keywords: Family. Inclusion. Normélia Araújo Melo. Teachers. Socialization.

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo identificar las dificultades de la inclusión de los alumnos en la Escuela Estadual Profesora Normélia de Araújo Melo en la enseñanza regular. La inclusión es de suma importancia y regulada a través de leyes y decretos, buscando acabar con todo tipo de exclusión, garantizando el acceso y permanencia de esos individuos en el medio educativo. Se trata de una investigación cualitativa, de cunho exploratorio y de nivel aplicada, con el método hipotético dedutivo. Para la realización del estudio, fue necesario investigar la parte bibliográfica, tales como libros, revistas y en campo, que en este caso la escuela en cuestión. Se observó en la referida escuela, la relación familia / profesor, la falta de capacitación del cuerpo docente y de la estructura física, recursos y equipos de apoyo.

Palabras clave: Familia. Inclusión. Y en el caso de las mujeres. Profesores. Socialización.

1 INTRODUÇÃO

O seguinte artigo trata da inclusão de alunos com deficiência na Escola Estadual Professora Normélia

de Araújo Melo, localizada no bairro Rosa Elze na cidade de São Cristovão/SE, com o objetivo de identificar as dificuldades que os educandos especiais encontram diante da inclusão no ensino regular da escola supracitada no período da tarde. O estudo em questão visou conhecer como é trabalhada a inclusão, compreender as dificuldades encontradas pelo educador e pelo educando no que se refere à inclusão e verificar a socialização da criança especial com as crianças ditas “normais” na Escola Estadual Professora Normélia de Araújo Melo.

A inclusão cresce a cada dia e com ela o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos. Desta forma, a motivação pela escolha do tema surgiu da curiosidade em saber como é o dia-a-dia da criança especial na sala de aula, os métodos de ensino e o perfil dos professores, a estrutura física que a escola oferece aos deficientes, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade de ensino. Essa modalidade de ensino é um subsídio para que essas pessoas consideradas “diferentes” possam interagir e sentir que seus direitos são explícitos em lei e que essas leis têm serem cumpridas.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e de nível aplicada, com o método hipotético dedutivo. Para a realização da mesma, foi necessário investigar a parte bibliográfica, tais como livros, revistas e em campo, que neste caso a escola em questão. Ocorreu no período de 01 (um) semestre, com a colaboração dos alunos portadores de necessidades especiais, professores, diretores e todos que fazem parte do quadro de funcionários desta instituição de ensino. Sendo aplicados questionários e entrevistas para o levantamento dos dados.

O objetivo do referido artigo foi tentar assimilar para o aprofundamento de conhecimentos sobre a inserção de crianças deficientes no ensino regular e nesse sentido não há a pretensão de trazer à tona todas as variáveis que compõem tal estudo, mas simplesmente levantar questionamentos que possam aproximar cada vez mais a teoria da prática.

2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Historicamente, as pessoas com deficiência foram relegadas aos processos de exclusão, processos estes que passaram desde os manicômios até às prisões domiciliares, por se acreditar que essas pessoas seriam incapazes de se socializar. Assim, sobre a deficiência, examinada nos entre lugares das representações de distintos institutos, cabe indagar: como podem ser desconstruídas as fronteiras entre as pessoas com deficiência e aquelas sem deficiência. A resposta a estas e a outras indagações permitem-nos concordar com os autores que, opondo-se à perspectiva da deficiência como desvio da norma ou como simples resultados de comparações entre sujeitos, adotam uma retórica pós-moderna para reforçar a capacidade da educação em produzir justiça social, tornando a escola regular um espaço inclusivo para atender a todos os alunos diagnosticados ou não com deficiência.

A Educação Inclusiva tem importância fundamental, pois busca minimizar todo e qualquer tipo de exclusão da criança deficiente e com isso eleva a socialização do educando com o seu meio. Para a inclusão ser o que é hoje, a mesma passou por 04 (quatro) fases: a exclusão que foi o período em que a família abandonava, eliminava, excluía a criança com necessidades da sociedade; a segregação foi à fase em que a sociedade achava que a criança nascia deficiente, porque a família havia cometido algum pecado e então era castigado por Deus. Por isso, a criança ficava isolada do seu meio; no período da integração buscaram-se assim as causas das deficiências, incorporando a essas pesquisas um caráter científico, passando a relacionar-se com o aspecto médico pedagógico; e por fim, chegou a fase da inclusão.

A deficiência, ao longo da história, foi sendo entendida em um movimento próprio, o qual revelou que cada um tem seu jeito diferente de ser, independente da pessoa ter deficiência ou não. Mas, apesar dos significativos avanços legais de promoção da inclusão, as pessoas com deficiência ainda são

afetadas pela discriminação, por conta de rótulos e estigmas que lhes são impostos pela sociedade. Conforme esclarece Souza (2012), a determinação das representações sobre deficiência, em sua construção histórica, sofreu influências da medicina e da justiça, tendo como referência o conceito de normalidade. Para a autora, as imagens de deficiência alimentadas pela sociedade, ao longo do seu desenvolvimento, indicam uma polarização entre eficiência e deficiência, esta definida segundo a exigência e a valorização de uma produtividade intelectual.

De forma muito sintética, pode-se mapear o percurso dessa viagem seguindo uma linha mais ou menos clara: do extermínio à integração, passando por uma escala na segregação: a “exposição” das crianças gregas à tentativa de oferecimento de oportunidades iguais, passando pelo “asilismo” (AMARAL, 1994, p. 14).

Toda criança deficiente têm o direito de serem incluídas no ensino regular, pois uma das situações citadas na Lei nº 7853/89, art. 8º é “Negar, ao portador de deficiência, o direito de freqüentar a escola de ensino regular”. A instituição de ensino se recusar a matricular o educando com deficiência terá uma punição com prisão de 01(um) a 04(quatro) anos e alternativa, como punição, são multas. Portanto, na escola inclusiva, os alunos aprendem a conviver com a diferença e se tornam cidadãos. Para que, essa modalidade de ensino se torne realidade no cotidiano escolar é necessária à participação de todos os indivíduos.

Todas as pessoas com deficiência têm o direito de receber a educação, sempre que possível, junto com as demais pessoas nas escolas regulares. Segundo, Santos e Paulino, “promover a inclusão de deficientes é, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência” (2008, p. 33).

Entende-se que uma classe inclusiva, é aquela que promove o desenvolvimento do seu aluno, e não apenas oferecer a oportunidade da convivência social.

A inclusão baseia-se fundamentalmente no modelo social da deficiência, de acordo com o qual, para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada, a partir do entendimento de que é ela que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros (FERREIRA e GUIMARÃES, 2006, p. 116-117).

Considerando a igualdade das pessoas e que por conta da diminuição das suas capacidades, os cidadãos deficientes devem ser assistidos especialmente. É necessário esclarecer, a população, que a inclusão não é favor, e sim uma obrigação com o próximo. Todos os seres humanos nascem livres e são iguais em dignidade e direito (Declaração Universal dos Direitos Humanos, art. 1º). Baseado nesse fundamento, é que um dos mais recentes documentos sobre inclusão, afirma que, esse processo, deve ser sustentado e garantido, pois em 05 de junho de 2001, foi afirmado e decretado, em um congresso internacional sobre sociedade inclusiva, que:

O acesso igualitário a todos os espaços da vida é um pré-requisito para os direitos humanos universais e as liberdades fundamentais das pessoas. O esforço rumo a uma sociedade inclusiva para todos é a essência do desenvolvimento social sustentável. (DUDH *apud* ARAUJO e HETKOWSKI, 2006, p. 06)

A socialização é importante para o aluno com deficiência, pois a ele deve ser dada a sua cidadania de forma igualitária. Garantir o direito das pessoas com deficiência particulares à educação é uma

maneira de tornar o Brasil um país mais justo, respeitando as suas diferenças sócio-cultural, econômico e político.

Conforme Ainscow (2009), o termo inclusão, em alguns países, ainda é considerado como uma abordagem para atender crianças com deficiência dentro do contexto dos sistemas regulares de educação. Porém, de modo geral, o conceito tem sido compreendido de uma forma mais ampla, como uma reforma que apoia e acolhe a diversidade entre todos os sujeitos do processo educativo. Para a autora, o objetivo da Educação Inclusiva é reduzir a exclusão social que resulta de atitudes e respostas à diversidade com relação à etnia, idade, classe social, religião, gênero e habilidades.

A proposta de Educação Inclusiva, entendida como uma inovação na política educacional que garante o direito à educação de todos, é, de fato, desafiante e implica inúmeras ações para sua efetivação, abrindo algumas perspectivas à educação escolar, segundo Mantoan (2006). Tanto é assim que, dentro do princípio fundamental adotado pela Declaração de Salamanca (1994), a universalização equitativa da Educação Básica adquire nítidos contornos, aparecendo pela primeira vez, nesse documento, o conceito de escola inclusiva, a qual deve acolher todas as crianças e jovens independentemente de suas condições físicas, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

As escolas, portanto, devem acolher: “crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 17-18). A referida Declaração, ao tratar da questão da educação da pessoa com deficiência, dentro do princípio fundamental de educação para todos, oferece possibilidades para um saber renovado diante de uma sociedade em transformação, que traz para a escola todos os jovens na sua diversidade.

Desse modo, como assinalado pela Declaração de Salamanca (1994), o movimento pedagógico, além das características democráticas, deverá ser pluralista, não garantindo apenas o acesso, mas a permanência do aluno nos diversos níveis de ensino e respeitando fundamentalmente sua identidade social, ressaltando que as diferenças são normais e a escola deverá considerar essas múltiplas diferenças, promovendo as adaptações necessárias, que atendam às necessidades de aprendizagem de cada educando no processo educativo.

Atualmente, o movimento em favor da inclusão escolar é mundial e envolve diversos países que defendem o direito de todas as crianças e jovens à educação, condenando toda forma de segregação e exclusão.

No entanto, não bastam leis e determinações que tratem sobre a necessidade da inclusão no sistema de ensino, mas são necessárias ações e intenções que promovam essa política de Inclusão Escolar, considerando que estar matriculado e presente em uma sala de aula comum não garante a efetiva inclusão. É fundamental que o aluno com deficiência esteja inserido ao grupo, participando com igualdade de condições e oportunidades, sendo respeitadas suas especificidades.

Diante desse contexto, o movimento pela Educação Especial vem sendo socialmente revisto para superar uma trajetória que, desde a Antiguidade, envolveu segregação, discriminação, torturas, dentre outras, para culminar, na contemporaneidade, com movimentos e dispositivos legais que fazem parte de políticas que caminham em busca da igualdade de direitos e acessos às pessoas com deficiência à cidadania e ao conhecimento, com vistas a uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

3 O PAPEL DA ESCOLA NO PROCESSO INCLUSIVO

A ideia de inclusão escolar é essencial para uma sociedade justa, porém o sistema educacional, no Brasil, ainda é precário. Muitas instituições de ensino e, também, professores não estão preparados

para receberem alunos especiais nas salas de aulas no ensino regular. Segundo Faccio, (2008, p. 20), “o que vemos hoje é que as escolas não estão preparadas para integrar os alunos com deficiência, nem há profissionais que saibam lidar com eles”.

Para algumas instituições, o fato de receber o aluno especial e matriculá-lo representa uma forma de inclusão, quando de fato não é assim que pode ser denominada. Pois, conforme estudos de Santos e Paulino (2008, p. 33), “para haver inclusão é necessário que haja aprendizagem e participação escolar”. O que os autores quiseram relatar é que muitas escolas pensam que matricular o aluno especial já é inclusão. Na verdade, para que o educando seja realmente incluso se faz necessário que o mesmo tenha participação ativa e produtiva dentro da sala de aula.

Segundo Bueno (1999), é necessário capacitar dois tipos de professores: professores do ensino regular com formação básica, incluindo formação para lidar com a diversidade e professores especializados, que trabalhariam como equipe de atendimento e apoio. Essa capacitação é sugerida pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (MEC, 2001).

Se por um lado, a educação inclusiva exige que o professor do ensino regular adquira formação para fazer frequente a uma população que possui características peculiares, por outro, exige que o professor de educação especial amplie suas perspectivas, tradicionalmente centradas nessas características (BUENO, 1999, p. 62).

É possível trabalhar com os alunos especiais as mesmas atividades feitas com as crianças ditas “normais”, o que precisa é adaptar com os métodos de aprendizagem. Então, cabe ao professor elaborar estratégias para que todos realizem o mesmo objetivo (FACCIO, 2008, p. 20). Para que as crianças com necessidades especiais tenham aproveitamento, se faz necessário a utilização de recursos adaptados, a depender da necessidade em sala de aula, e que o educador valorize o que o indivíduo é capaz de realizar na construção de seu conhecimento, respeitando o tempo singular de cada aluno

A prática pedagógica é fundamental na modificação da escola. Em virtude do tema da diversidade, as práticas pedagógicas têm caminhado no sentido da pedagogia das diferenças (MENDES, 2002). Segundo Rita Bersch, a inclusão do aluno especial no ensino regular, acontece aos poucos. Ela diz que a falta de estrutura das escolas e dos professores não podem servir como barreiras para deixar o processo de inclusão ainda mais longe, no entanto, “tudo o que se faz pela educação inclusiva é pouco pela dimensão do Brasil, mas ações estão aumentando. O importante é que o deficiente frequente a escola” (BERSCH, 2008, p. 21).

Na Declaração de Salamanca, em 1994, encontra-se o movimento de inclusão do portador de necessidades especiais tomando corpo e provocando discussões importantes.

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais e mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 62).

Esta Declaração propõe que as autoridades e organizações sejam conduzidas pelo espírito de suas propostas e recomendações e que, desta forma, cada criança possa ter a oportunidade de conseguir

e manter um nível aceitável de aprendizagem. A educação especial está inclusa nas Leis de Diretrizes e Bases, como consta na Lei nº 9394/96:

Art. 4º, III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência será feito preferencialmente na rede regular de ensino; Art. 58º – Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para portadores de necessidades especiais. (Lei nº 9394/96)

O ambiente escolar promove desafios de aprendizagem. Privar uma criança ou um jovem dos desafios da escola é impedi-los de se desenvolverem. Quanto mais o meio promove situações desafiadoras ao indivíduo, mais ele responderá a esses desafios e desenvolverá habilidades perdidas ou que nunca foram desenvolvidas.

4 A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO INCLUSIVO

Um processo de inclusão escolar com êxito não acontece somente no âmbito escolar e deve seguir alguns critérios, como a participação da família, pois a mesma possui um papel decisivo no sucesso da inclusão. Para Peeteers (1998, p. 20), “a família pode colaborar de maneira muito especial para o desenvolvimento da criança com deficiência na escola, principalmente fornecendo aos profissionais informações sobre as formas de comunicação da criança”.

Para os pais, encarar os obstáculos de uma sociedade excludente é mais doloroso do que a própria situação enfrentada todos os dias dentro de casa com a criança portadora de necessidade especial. Sendo assim, os mesmos esperam da sociedade compreensão, incentivo, palavras de esperança, pessoas que possam escutar suas lamurias e com quem dividir responsabilidades. Em contrapartida, já os profissionais esperam da família interesse pelo programa de reabilitação, compreensão, informações corretas do que é realizado em casa com a criança e cooperação para o alcance dos objetivos de ambos.

“A integração entre pais e profissionais é fundamental porque ninguém, além deles, conhece melhor o seu filho. São os pais que convivem 24 horas por dia e aglomeram informações valiosas para o aperfeiçoamento do processo. Esta colaboração traduz-se num incentivo muito grande aos profissionais, estimulando-os a lidar com estas crianças. Este entrosamento é primordial para que ambas as partes (pais e profissionais) encontrem a melhor maneira de tratamento para a educação criança. Esta, por sua vez, observando a união entre eles, vai se sentir melhor e terá maior confiança naqueles profissionais que a assistem”. (FIGUEIRA, 2006, p.2)

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), é muito importante que haja uma parceria entre famílias e escola, pois os pais são portadores de informações preciosas que podem colaborar bastante com o planejamento das intervenções educacionais.

Essa relação entre os pais e os profissionais, tais como professores, fisioterapeutas, psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, entre outros. Podendo, se tornar cada vez melhor se as instituições especializadas repensem seu papel e cedam espaços para a família e comunidade. A escola é o único espaço social que divide com a família a responsabilidade de educar e que, de certa forma, trabalha a unidade coletiva. “Ela favorece certa transitoriedade entre as diferenças e as necessidades

do grupo oferecendo ao indivíduo, oportunidade de comportamentos normalizantes”. (SANTOS e PAULINO, 2008, p. 40),

Por falta de informação ou omissão de pais/responsáveis, de educadores e do poder público, milhares de crianças ainda vivem escondidas em casa ou isoladas em instituições especializadas. Situação que priva as crianças com ou sem deficiência de conviver com a diversidade.

Oliveira (2002) aborda a relação família-escola através dos vieses sociológico e psicológico. Na perspectiva sociológica destaca o caráter socializador desta relação e as diferenças sociais e culturais. Na psicológica aborda as relações vividas em família (socialização primária) e as implicações no processo escolar (socialização secundária). Desta forma o autor pressupõe que as escolas têm por objetivo também educar as famílias, fornecendo informações sobre o desenvolvimento e educação infantil e atendimento psicológico.

A educação constitui uma das componentes fundamentais do processo de socialização de qualquer indivíduo, tendo em vista a integração plena no seu ambiente. A escola não deveria viver sem a família nem a família deveria viver sem a escola. Uma depende da outra, na tentativa de alcançar um maior objetivo, qualquer um que seja, porque um melhor futuro para os alunos é, automaticamente, para toda a sociedade.

A necessidade de se construir uma relação entre escola e família, deve ser para planejar, estabelecer compromissos e acordos mínimos para que o educando/filho tenha uma educação com qualidade tanto em casa quanto na escola. De acordo com Pereira (2008, p.29), “a Relação entre a Escola e a Família tem vindo a ser alvo de todo um conjunto de atenções: através de notícias nos meios de comunicação, de discursos de políticos, da divulgação de projetos de investigação e de nova legislação”.

5 ESTUDO DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA NORMÉLIA DE ARAÚJO MELO

Observou-se durante a pesquisa que alguns dos professores da escola supracitada não estão preparados para receberem as crianças especiais em suas salas. Pois, os mesmos têm certos preconceitos em recebê-los por não se acharem aptos para tal exercício. Alegando não conseguir desenvolver um bom trabalho. Em relação ao espaço físico, a escola oferece condição mínima de acessibilidade para os educandos com necessidades especiais. Visto que, possui rampas, somente para o acesso ao térreo, não tem elevador, para o primeiro andar, o banheiro masculino adaptado para os alunos com deficiência física é mantido fechado, o motivo ficou a descobrir.

Para que o educando com deficiência física possa acessar ao conhecimento escolar e interagir com o ambiente ao qual ele frequenta, faz-se necessário criar as condições adequadas a sua locomoção, comunicação, conforto e segurança. É o Atendimento Educacional Especializado, ministrado preferencialmente nas escolas do ensino regular que deverá organizar uma seleção de recursos e técnicas adequados a cada tipo de comprometimento para o desempenho das atividades escolares (BERSH e MACHADO, 2007, P. 27).

A Escola Estadual Professora Normélia de Araújo Melo, não possui o A.E.E (Atendimento Educacional Especializado), chamado pelos educandos como Sala de Recursos. Segundo Bersh e Machado (2007, p. 27), “o Atendimento Educacional Especializado faz uso da tecnologia assistiva direcionada à vida escolar do educando com deficiência, visando a inclusão escolar”.

O A.E.E (Atendimento Educacional Especializado), não é um reforço escolar. É um suporte para que

o aluno portador de necessidades esteja em nível de igualdade com os demais alunos, no sentido de socialização e aprendizado. As atividades desenvolvidas no atendimento diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula. A criança é direcionada para o A.E.E (Atendimento Educacional Especializado) e lá recebe toda a orientação em relação aos conteúdos que serão ministrados na sala de aula. Desta forma, o aluno não ficará perdido mediante a explicação dos professores.

O A.E.E (Atendimento Educacional Especializado) é realizado no turno oposto ao da sala, na Escola Estadual Glorita Portugal. No caso da escola em estudo, estas crianças vão ao A.E.E (Atendimento Educacional Especializado), 03 (três) vezes por semana no período da manhã. Vale salientar que a legislação brasileira garante ao cidadão brasileiro portador de necessidades especiais ajudas técnicas, cabendo ao professor, este especializado, ajudar o seu aluno a identificar quais são os recursos apropriados para o seu desenvolvimento educacional, a fim de fazer valer o seu direito frente às autoridades competentes.

Recorrendo ao Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, que informa quais são os recursos garantidos às pessoas com deficiência, destacamos: elementos de mobilidade; elementos especiais para facilitar a comunicação; a informação e a sinalização para a pessoa portadora de deficiência; equipamentos e materiais pedagógicos para a educação; capacitação e recreação da pessoa portadora de deficiência; adaptações ambientais, entre outros que possam garantir o acesso a melhoria funcional e autonomia pessoal.

Na escola em questão, existem crianças com deficiências mentais, físicas e com síndrome de Dow. São necessidades aparentes, pois nas salas podem existir outras deficiências ainda não diagnosticadas, aguardando resultados clínicos. Na opinião de umas das professoras entrevistadas, apesar de haver todos os recursos citados pela coordenação pedagógica, ainda há muito que fazer para a melhoria da inclusão na Escola Estadual Professora Normélia de Araújo Melo.

Em meios a tantos desafios e obstáculos, relacionados à inclusão de crianças com deficiência, foi relatado durante a observância do estudo que a família parte integrante deste processo inclusivo, tem deixado a desejar. São pais, desinteressados ou, até mesmo, desinformados que jogam seus filhos na instituição de ensino a mercê da própria sorte, achando que a responsabilidade pela educação e integração da criança especial é somente da escola. Não aceitam que este processo precisa de uma relação entre família e escola.

No dia-a-dia, a família tem a oportunidade para adquirir conhecimentos e informações relevantes, para apoiar e favorecer o desenvolvimento social, pessoal e educacional de seu filho com deficiência. Tal aprendizagem é fundamental para a tomada de decisões. Para tanto, exige paciência, otimismo, confiança e a certeza de que qualquer mudança, para ser alcançada, precisa do esforço conjunto de pessoas unidas por um mesmo objetivo (PAULA, 2007, p. 31).

A família tem um papel crucial na vida da criança com deficiência e cabe a ela, o envolvimento dentro da sociedade e nas atividades desenvolvidas com o educando. Todas as crianças aprendem a se relacionar e enfrentar os obstáculos do dia-a-dia formando seu círculo de amizade.

É aconselhável que os pais favoreçam e incentive a participação de seus filhos nas brincadeiras com vizinhos, lazer, esporte com outras crianças, vivenciando situações variadas. Portanto, a escola, objeto de estudo, precisa se adequar melhor, dar maior suporte aos seus professores, incentivar relação família e escola.

A inclusão é mais do que criar condições para os alunos com deficiência, é um desafio que implica mudar a escola como um todo, projeto pedagógico, capacitação dos professores e na postura frente

aos alunos. O desafio é tornar a escola regular uma escola inclusiva. Como afirma Carvalho (2008), esse desafio consiste em tornar as escolas em comunidades de aprendizagem, indo além da concepção do conhecimento como bem de investimento, para conferir seu devido valor como bem de consumo essencial a todos, indistintamente.

A inclusão escolar integra um movimento que busca outros modos de conceber o conhecimento, promovendo uma releitura dos processos de ensinar e aprender. Em outras palavras, visa romper com o paradigma educacional dominante, propondo novas maneiras de se pensar à escola.

6 CONCLUSÃO

Concluimos que a inclusão de alunos com deficiência cresce a cada ano e, com ela, o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos. O professor como mediador do processo de ensino e aprendizagem deve ajudar os alunos a buscarem sua autonomia de modo que sejam os protagonistas na construção do conhecimento, a partir de estratégias que permita aos mesmos solucionar problemas e contextualizar o saber a partir de um trabalho centrado no aluno.

Com a inclusão, os alunos aprendem a conviver com a diferença e se tornam cidadãos. Para que isso se torne realidade, o professor como mediador do conhecimento, precisará se qualificar, para lidar com situações que aparecerá no cotidiano, junto com as crianças com deficiência, inclusas no ensino regular.

Nesse contexto, é preciso superar o método tradicional de ensino, pois os alunos da atualidade, já não são mais os mesmos que os de décadas atrás. Ficou claro que há uma complexidade, entre o real e o prático, uma vez que na teoria o processo inclusivo é fascinante, já na prática a realidade é o inverso.

No que diz respeito ao aspecto físico, da Escola Estadual Professora Normélia de Araújo Melo, este precisa ser melhorado, pois é inadequado para as crianças com deficiência. Em relação ao corpo docente, precisa haver uma maior reflexão sobre as ações realizadas em sala de aula, para que os alunos tenham melhor aproveitamento.

Os professores, da escola em questão, deixaram claro que sentem dificuldades para trabalharem com a diversidade, pois muito embora digam, com veemência, que não existe o preconceito, a falta de atitude desses profissionais é visível e que tais situações, estão arraigados em suas ações. Para a inclusão tenha sucesso, é necessário que as políticas públicas tenham um olhar direcionado para esta questão a fim de mudar e transformar o sistema como um todo.

A inclusão é uma realidade presente e viva, na qual me inspira para concluir este trabalho, além de agregar e complementar ainda mais meus conhecimentos sobre como deve ocorrer à verdadeira inclusão, mediante a participação da família correlacionada com a escola.

A família assume um papel crucial, visto que, é através dela que o trabalho do professor é iniciado e/ou continuado. A importância da família no desempenho escolar do educando, favorecerá nos aspectos motores e físicos, bem como no emocional e intelectual.

Em suma, para se resultar em um desenvolvimento de qualidade e eficaz, a escola e a família devem caminhar juntas para atingir o alvo comum que é o bem estar e a aprendizagem da criança com deficiência incluída na rede regular de ensino.

A inclusão é mais do que criar condições para os alunos com deficiência, ela é um desafio que implica mudar a escola como um todo, no projeto pedagógico e na postura diante dos alunos. Deste modo, cabe salientar que a inclusão escolar do aluno com deficiência junto aos ditos normais vai além de inseri-lo no ambiente, é um processo o qual necessita da ajuda de pais e/ou familiares, escola e

comunidade para ser efetivamente concretizado.

Portanto, no processo de ensino e aprendizagem, escola e família, devem assumir seu papel, de promover uma educação inclusiva que venha contemplar a todos, sem privá-los de direitos já conquistados. A participação da família correlacionada com a escola possibilita ao aluno com deficiência interagir e avançar com o outro e com o mundo.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. Tornar a educação inclusiva: como essa tarefa deve ser conceituada. In: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy; BARREIROS, Débora (Org.). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.

AMARAL, Lúgia Assunção. **Pensar a diferença/deficiência**. Brasília: CORDE, 1994.

CARVALHO, Francisco. Reflexões em torno da inclusão em contexto educativo. In: FREITAS, Soraia Napoleão. **Tendências contemporâneas de inclusão**. Santa Maria, RS: UFSM, 2008.

CASTRO, Adriano Monteiro de. **Educação Especial: do Querer ao Fazer**; Organizadoras: RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri; BAUMIL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho. São Paulo: Avercamp, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A Democracia na Batalha das Idéias e nas Lutas Políticas do Brasil de Hoje**. In: SEMERARO, G e FÁVERO, O (Orgs). Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro. Petrópolis: Vozes, 2002.

DECRETO nº 3298/1999. Disponível em: Acessado em 19 de Junho de 2018.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FIGUEIRA, Emílio. **Aprendendo com as diferenças**. Disponível em: Acessado em 20 de Junho de 2018.

LEI DE DIRETRIZES E BASES. Brasília: LDB, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Uma escola de todos, para todos e com todos**: o mote da inclusão. São Paulo: 2006. Disponível em: . Acesso em: 8 jun., 2018.

MÁXIMO, Simone. Alunos Especiais: Processos Educacionais e de Inclusão. **Páginas Abertas**. São Paulo: Paulus, 2008.

PAULA, Ana Rita de. **A Hora e a Vez da Família em uma Sociedade Inclusiva**. Brasília: Mistério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

OLIVEIRA, L. de C. F. **Escola e família numa rede de (des) encontros: um estudo das representações de pais e professores**. São Paulo, SP: Ed e Livraria Universitária, 2002.

SALAMANCA, **Declaração de Salamanca**, 1994.

SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira (orgs). **Inclusão em Educação: Culturas**,

Políticas e Práticas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHIRMER, Carolina R. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Física.** São Paulo: MEC-SEESP, 2007.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: Um Guia para Educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação Especial em Sergipe do século XIX ao início século XX.** São Cristóvão: UFS, 2012.